

Medidas legais de 1º de setembro de 2022

Extrato das publicações do Diário Oficial da União (DOU) de interesse do setor de TI

Ato Normativo	Ementa / Explicação
Portaria CORAT/RFB nº 84, de 31 de agosto de 2022 Visualizar medida	“Altera a Portaria Corat nº 60, de 18 de março de 2022, que autoriza solicitação de serviço por meio de processo digital aberto no Centro Virtual de Atendimento (e-CAC)”. Explicação: autoriza a solicitação, por meio do e-CAC, dos seguintes serviços: i) transação por adesão no contencioso tributário de relevante e disseminada controvérsia jurídica; ii) parcelamento de débitos no âmbito do Programa Especial de Regularização Tributária para as santas casas, os hospitais e as entidades beneficentes que atuam na área da saúde (Pert-Saúde); iii) transação por adesão no contencioso administrativo fiscal de pequeno valor; iv) transação por adesão no contencioso administrativo fiscal de créditos tributários classificados como irre recuperáveis; e v) proposta de transação individual relativa a créditos tributários em contencioso administrativo fiscal.
Mensagens do Presidente da República nºs 494 a 496, de 31 de agosto de 2022 DOU 1 Extra B de 31/8/2022 Visualizar medida	Encaminha ao Congresso Nacional: – o texto dos projeto de lei que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2023”; – o Relatório Anual de Monitoramento do Plano Plurianual 2020-2023, ano-base 2021; e – Relatório Anual de Avaliação de Políticas Públicas, ano-base 2021.
Despacho SENACON nº 2282, de 31 de agosto de 2022 DOU 1 Extra A de 31/8/2022 Visualizar medida	Processo Administrativo nº 08012.002018/2022-32 A Senacon abriu processo administrativo em desfavor de concessionárias de energia que não comprovarem o repasse da redução do ICMS - que teve teto determinado pela Lei Complementar 194/22 - para a conta do consumidor final. Caso não cumpram a medida imposta pela Secretaria, terão que pagar multa diária no valor de R\$ 10 mil reais. A Senacon já havia determinado, em julho, que as empresas comprovassem que as contas enviadas ao consumidor final trouxessem informações claras sobre os valores cobrados, a descrição dos serviços prestados e a incidência de tributos, como o ICMS. Foi com esses documentos em mãos que a secretaria constatou a possibilidade de as concessionárias não terem feito o repasse da queda do ICMS aos clientes.
Portaria CJF nº 501, de 30 de agosto de 2022 Visualizar medida	“Dispõe sobre as datas das sessões ordinárias do Plenário do Conselho da Justiça Federal (CJF)”. Explicação: estabelece as datas das sessões ordinárias presenciais e virtuais do Plenário do CJF, do período de setembro a dezembro de 2022, da seguinte forma: setembro, dia 26, às 14h; outubro, dia 24, às 14h; novembro (virtual), iniciando no dia 16, às 9h, e encerrando no dia 18, às 18h; e dezembro, dia

	12, às 14h. Os dias e horários das sessões poderão ser alterados, caso haja necessidade. As sessões ordinárias presenciais serão realizadas com suporte de vídeo.
Aviso de Consulta Pública SERPRO nº 884/2022 Visualizar medida	Prorroga até dia <u>13 de setembro</u>, a Consulta Pública nº 884/2022, que visa validar com o mercado as especificações técnicas e condições contratuais para futura contratação de ferramenta de tarjamento de documentos. Os interessados deverão encaminhar suas considerações, críticas e sugestões através do e-mail andrea-tereza.souza@serpro.gov.br.
Aviso de Consulta Pública BB nº 2022/57 Visualizar medida	Abre Consulta Pública, <u>com prazo a definir</u>, para o fornecimento de Software de SST (Saúde e Segurança do Trabalho), no modelo SaaS (Software as a Service), para gestão integrada dos processos das áreas de Saúde Ocupacional, Segurança do Trabalho e Previdenciária, compreendendo os serviços de implantação, manutenções corretivas e evolutivas, capacitação, suporte técnico e atualizações aderentes à legislação vigente e mudanças futuras. A integra da consulta deverá ser disponibilizada no portal do BB.
Portaria CNPq/MCTI nº 1.019, de 30 de agosto de 2022 Visualizar medida	Aprova e homologa a Política de Segurança da Informação (PoSIN) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A Política tem como finalidade o estabelecimento de princípios e diretrizes para a implementação de ações de segurança da informação e, no que couber, no relacionamento com outros órgãos públicos ou entidades privadas. Entre outras, determina como diretrizes da política: i) toda e qualquer informação gerada, custodiada, manipulada, utilizada ou armazenada no CNPq compõe o seu ativo da informação e deve ser protegida conforme a PoSIN; ii) institui a Estrutura de Segurança da Informação do CNPq, composta pelo Gestor de Segurança da Informação (GSI), pelo Comitê de Segurança da Informação (CSI) e pela Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais (ETIR), os quais serão solidariamente responsáveis.
Portaria CNPq/MCTI nº 1.022, de 29 de agosto de 2022 Visualizar medida	Divulga a listagem completa dos atos normativos inferiores a decreto de competência do CNPq, vigentes em <u>1º de agosto de 2022</u>. A lista completa possui 138 atos e encontra-se descrita em <u>anexo a portaria</u>.
Portaria MCom nº 6.559, de 31 de agosto de 2022 Visualizar medida	“Aprova os Regimentos Internos dos órgãos do Ministério das Comunicações (MCom) e divulga o quadro demonstrativo de cargos em comissão e de funções de confiança do órgão”. Explicação: publica os regimentos, em que constam alterações nas competências da Coordenação de Infraestrutura e Serviços de Tecnologia da Informação, nas quais são retiradas as competências de: i) propor, executar e monitorar processos e projetos de infraestrutura tecnológica, em conformidade com o definido no Plano Diretor de Tecnologia da

	Informação e Comunicações; ii) gerenciar riscos e vulnerabilidade existentes na infraestrutura tecnológica; iii) definir, implantar e gerenciar os mecanismos de acesso a serviços e soluções de infraestrutura tecnológica, em parceria com a Coordenação de Sistemas de Informação (COSIN), de modo a garantir a segurança das informações. Na coordenação são adicionadas as competências: i) coordenar, supervisionar e controlar o processo de distribuição de recursos tecnológicos aos usuários; ii) desenvolver e testar periodicamente o plano de continuidade, a partir da análise de riscos, objetivando eliminar ou minimizar ocorrências de interrupção das atividades; iii) propor, revisar e executar ações para dar cumprimento, em conjunto com a CGTI, as normas e procedimentos no âmbito de tecnologia da informação; e iv) apoiar as atividades de outras unidades que façam uso da infraestrutura de tecnologia da informação. Além disso, adiciona às competências da Divisão de Licitações e Compras a elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA).
Resolução CGF/MCom nº 156, de 31 de agosto de 2022 Visualizar medida	<i>“Divulga a relação de atos normativos vigentes, em atendimento ao Art. 19-A do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019”.</i> Explicação: divulga a relação de atos normativos do Conselho Gestor do Funttel vigentes em <u>1º de agosto de 2022</u>. A lista contém 23 atos normativos e consta em anexo a Resolução.
Resolução SF nº 33, de 2022 Visualizar medida	<i>“Autoriza o Estado do Paraná a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América)”.</i> Explicação: os recursos da operação de crédito destinam-se a financiar parcialmente o Projeto de Inovação e Modernização da Gestão Pública no Paraná, (Programa Paraná Eficiente).
Resolução SF nº 29, de 2022 Visualizar medida	<i>“Autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 31.000.000,00 (trinta e um milhões de dólares dos Estados Unidos da América)”.</i> Explicação: os recursos da operação de crédito destinam-se a financiar parcialmente o Programa para a Transformação Digital do Governo do Estado do Ceará, (Programa Ceará Mais Digital).
Ato de Pessoal	Objetivo
Portaria SEDGG/ME nº 7.789 de 30 de agosto de 2022 Visualizar medida	Designar: <u>representantes</u>, para compor o Comitê Gestor no âmbito da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital (SEDGG/ME), incorporada pela Portaria 21.113/2020.

Portaria SEPEC/ME nº 9.365 de 31 de agosto de 2022

[Visualizar medida](#)

Designar: Jackline de Souza Conca, e Roberta Ludwig Romancini Silva, para exercerem, nesta ordem, sucessivamente o encargo de **substituto** do **Secretário de Inovação e Micro e Pequenas Empresas** desta Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia (**Sepec/ME**), DAS 101.6.

Portaria MCom nº 211 de 31 de agosto de 2022

[Visualizar medida](#)

Designar: Filipe Carneiro Guimarães, para exercer o encargo de **Coordenador de Projeto** na **Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação**, da Subsecretaria de Planejamento e Tecnologia da Informação, da Secretaria-Executiva do Ministério das Comunicações (**MCom**), FCE 3.10.

Portaria CNPq nº 76 de 31 de agosto de 2022

[Visualizar medida](#)

Designar: Jose Tavares dos Santos, da função de **substituta** da **Procuradora-Chefe** da **Presidência** do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (**CNPq**), exonerando Sheila Beyer Bacellar do encargo, DAS 101.4.

Observação: É possível ter acesso aos textos das íntegras das medidas por meio do link localizado abaixo da identificação de cada ato.